

Um FUTURO para as Novas Gerações

Moção setorial apresentada ao XXI Congresso Regional do PS Madeira



**Autores: Patrícia Agrela,
Camila Baptista, João
Ferreira, Ana Vale e
Mariana Sousa**



Uma Visão Global

A Madeira precisa de um novo impulso. Os indicadores demonstrados pelos últimos Censos de 2021, onde a nossa região perdeu mais de 16 mil pessoas, evidenciam o falhanço das políticas do PPD/PSD aliado ao CDS e agora pelo PAN. Os dados revelam a ausência de uma estratégia baseada na criação de políticas públicas sólidas para a juventude. Sendo certo que - nas 16 mil pessoas que saíram do nosso arquipélago, para procurar melhores condições de vida, uma parte desses milhares de madeirenses e porto-santenses são jovens. O futuro terá sido, desde sempre, algo muito incerto. Seja por questões relacionadas com guerras, seja por demais fatores externos que questionam a nossa sobrevivência. Hoje em dia, felizmente é algo que nos é mais bem assegurado. Ou é isso que julgamos. Num tempo em que o progresso tecnológico está no seu auge, em que temos acesso ao conhecimento de todo o tipo, nada é garantido. Enquanto jovens, ninguém nos garante o Futuro. Todos os dias somos lembrados do estado atual do mundo: ameaças de todos os tipos; conflitos que percorrem continentes; a pandemia da fome e da pobreza; e a falta de recursos que nos são essenciais recorrentemente. Vemos aquela que é a nossa casa a ser arrasada por completo, ignorando a sua condição. E isso não é justo. Não é justo para nós, nem para o planeta. Agora, mais do que nunca, sabemos que as alterações climáticas são críticas. As suas consequências, já visíveis, tornam o nosso dia a dia muito mais difícil, e as situações faladas acima muito piores.

Este assunto não é um tema Futuro; não é um tema que “dá tempo” para ser discutido. É um tema atual, com a necessidade de soluções aplicáveis à nossa realidade. Nós, os jovens, estamos preocupados com aquilo que está para vir, e queremos ação por parte de quem nos governa. Desta forma, mais do que identificar as dificuldades, este é o tempo para apontar caminhos alternativos e soluções. *Um Futuro para as Novas Gerações* é um contributo de jovens que pretendem o reforço do pilar social, com visão estratégica para desenhar políticas de fixação de jovens na nossa Região.

Reflexões para alcançar uma verdadeira Justiça Social

Para um desenvolvimento integrado na Madeira e no Porto Santo, precisamos de resolver os problemas da Habitação. O acesso à Habitação é um direito inquestionável para a realização pessoal. As altas taxas de juro, somando ainda, a inflação são entraves claros para a aquisição de imóveis, recordando igualmente, o difícil acesso ao crédito de Habitação, as rendas cada vez mais elevadas são claros desafios que impedem os jovens de atingir a sua total emancipação. O PS, definiu como uma das prioridades a clara aposta nas políticas para a Habitação. Desenvolveu importantes instrumentos, como as verbas inscritas no PRR e o 1º Direito, após a elaboração da Estratégia Local de Habitação pelos municípios, sendo estes parceiros importantes uma vez que o poder local é a forma de maior proximidade pelos decisores políticos. Numa análise sobre as carências habitacionais identificadas na região, são quase 5 mil famílias que precisam de uma resposta urgente. O PRAHABITAR só apoiou 600 famílias, no que concerne ao apoio das rendas em 3 anos desde a sua implementação, o que é manifestamente insuficiente. É fundamental inserir no Orçamento Regional, verbas para a construção acessível, mas sobretudo, incentivar outras soluções na oferta, designadamente medidas cooperativas e colaborativas. A Autonomia passa por uma utilização inteligente dos mecanismos que temos. É preciso fazer mais e melhor pela Habitação para todos.

Na atualidade, na nossa Região Autónoma da Madeira, constatamos uma economia desgastada, excessivamente centrada em poucos setores e confrontada com sérios problemas estruturais que exigem uma resposta urgente. Torna-se imperativo reformular a perceção da economia madeirense, conferindo uma maior importância ao aumento dos salários no setor hoteleiro e implementando ferramentas de proteção para os trabalhadores deste segmento, especialmente vulneráveis em eventos adversos, como a pandemia de Covid-19.

Apesar de sermos uma região ultraperiférica e de não dispormos de um elevado rácio de trabalho por área de terra, é compreensível que haja uma concentração maior nos setores que podem gerar maior benefício para a região. Contudo, é crucial considerar as condições laborais e a resiliência da economia regional. É contraditório afirmar que a região vive "dias de ouro" no setor hoteleiro e turístico, quando há trabalhadores sujeitos a condições precárias e somos uma das regiões do país com a maior taxa de risco de pobreza e exclusão social.

Devemos direcionar os excedentes económicos para superar as dificuldades e promover não apenas o crescimento económico sustentável, mas também o desenvolvimento económico que abranja as diversas camadas da sociedade madeirense. Além disso, é vital implementar políticas que incentivem a diversificação económica, reduzindo a dependência excessiva de setores específicos.

Nesse contexto, é fundamental fortalecer a proteção social e laboral, garantindo condições justas e seguras para todos os trabalhadores, independentemente do setor. Ao mesmo tempo, é necessário fomentar a educação e a formação profissional para criar uma mão de obra qualificada e adaptável às mudanças do mercado.

Além disso, uma das áreas que propomos como potencial impulsionadora da economia madeirense é o setor marítimo e das pescas, uma esfera que o governo tem menosprezado, permitindo que empresários controlem a orla costeira e toda a zona económica exclusiva como se fosse apenas deles e não de todos nós. Democratizar o acesso ao mar e à atividade piscatória significa contribuir para mais empregos, melhores condições e maior Autonomia. Devemos, portanto, incentivar as gerações futuras a proteger o mar, democratizar o seu acesso e revitalizar uma atividade que muito beneficiou os nossos antepassados. A retenção de talento na nossa região, passa por uma política de valorização dos salários. Não basta criar emprego, se este for precário ou se os vencimentos forem pouco atrativos. Melhores rendimentos são geradores de mais produtividade, sendo as empresas e a Administração Pública beneficiários dessa mesma produtividade.

A Energia e o Ambiente como prioridades da Governança

A Região Autónoma da Madeira dispõe de enormes potencialidades naturais. Desta forma, é imprescindível o investimento em medidas político-económicas que visem salvaguardar e potenciar as singularidades naturais da região. Com o objetivo nacional traçado de reduzir a dependência energética importada, torna-se evidente a utilidade de se estabelecer medidas claras e ambiciosas, contudo, realistas. A Madeira pode e deve encaminhar as suas políticas para o cumprimento das metas nacionais, não se abstendo das suas naturais virtudes. A distribuição do potencial da energia solar dá-se, de modo equilibrado, entre a zona de ocupação urbana e restante território. Ademais, a captação deste recurso endógeno não obriga a enormes investimentos em linhas de transmissão, tornando-se numa fonte de energia viável, tendo em conta a orografia regional. A agricultura madeirense deve evoluir para um modelo que responda aos desafios da atualidade, como a emergência climática, transição tecnológica e promoção de uma nutrição equilibrada, ao mesmo tempo que contribui para a criação de emprego e para a coesão territorial, que se espera mais competitiva. Assim, dever-se-á apostar num modelo estratégico mais sustentável, através da descarbonização da agricultura, minimizando o sufoco do carbono, com a aposta no caminho da neutralidade, na melhor gestão e conservação do solo e na eficaz eficiência energética.

Tal aposta surge, com a emergente necessidade de diálogo e desenvolvimento de cooperativas, bem como organizações associativas e do setor. Cooperativas fiéis à sua raiz de trabalho, para que agricultores encontrem nelas uma estrutura de colaboração e intermediação, obtendo vantagens comuns em suas atividades económicas, a fim de ser possível projetar um rumo de desenvolvimento agrícola mediado, pensado e capaz de atender às necessidades dos madeirenses. Não obstante à crescente necessidade da agricultura se apoiar na transformação estrutural da economia, a partir do reforço

de centros tecnológicos de inovação e construção de ações que envolvam os agentes numa formação favorável ao incremento da competitividade e produtividade, reforçando a capacitação dos nossos agricultores e do tecido empresarial regional. O mar é ainda um sinal do sucesso histórico dos portugueses e deve-se em grande medida à nossa vocação atlântica, exploração e redescoberta da Madeira. A nossa estrutura insular revela a importância de se estabelecer estratégias viáveis e claras viradas para o Atlântico. Promover um oceano saudável de forma a potenciar o desenvolvimento da economia azul, a soberania energética, o emprego qualificado, o turismo sustentável e continuar a afirmar Portugal como líder da governação do oceano, sustentando-se no conhecimento e investimento, deve ser uma prioridade dos governantes.

O envolvimento da academia com a sociedade e a valorização da investigação marítima, promovendo a criação de novos empregos, que incorporem tecnologias inovadoras e promovam uma segura transição energética, atuam como fortes pilares de desempenho da estratégia marítima. Outro ponto englobante na ação climática da região deve ser a promoção de novos e melhores caminhos agrícolas e veredas. Respeitando a especificidade e o microclima do território e sem destoar da paisagem, os caminhos agrícolas potenciam a arborização e a implementação de culturas. Sem divergir da contínua necessidade de controlo das espécies invasoras, do turismo semisselvagem e da sabida apropriação imprópria de empresas agrícolas, a criação destes caminhos promovem ramificações de desenvolvimento local imprescindíveis à atual organização da administração familiar e do território.

Educação como promotor de conhecimento e participação

São muitos pensam que os jovens, principalmente os adolescentes, não têm capacidade de intervenção, preocupação, quando somos confrontados com imensos problemas diariamente. Essa é uma percepção errada. Além de todos os problemas

comuns da adolescência, ainda encontramos obstáculos causados pelas políticas implementadas pelo Governo Regional ao nível da Educação. Existem diversas medidas que contribuíram para os problemas na Educação da RAM, mas uma delas destaca-se: a digitalização da educação na RAM, através de algumas falhas no projeto manuais digitais. Priorizamos este tema, a Educação com o foco na mesma medida em específico, pois constatamos com esta todos os dias, assim como outros jovens alunos madeirenses e portosantenses. Voltemos ao ponto de partida, quando o Governo Regional da Madeira anunciou que no iria começar a implementar nas escolas públicas da RAM os manuais digitais, tendo como alguns objetivos a igualdade de oportunidades, a equidade social, diminuir o peso das mochilas, aprendizagem, o bem-estar, e a maior motivação dos alunos, melhoria das infraestruturas de acesso à rede nas escolas, aumento da flexibilidade curricular, valorizar o trabalho dos docentes, educação inclusiva, entre outras mais. Após vários anos desde que o projeto foi instalado nas escolas da RAM, não vemos vários destes objetivos concretizados, e tão pouco esforço para tal. Entretanto, passaram-se anos, o projeto foi implementado já no secundário e os objetivos ficaram por cumprir. Mas o problema não se resume apenas aos objetivos que ficaram por cumprir, mas também às consequências a nível social, económico e de saúde dos jovens, que o Governo Regional não previu com a instalação deste projeto nas escolas da RAM. No conjunto de consequências ao nível da saúde, podemos encontrar a falta de saúde mental nos jovens devido ao aumento do número de trabalhos relacionados com o aumento da flexibilidade curricular. Ainda temos consequências a nível da saúde ocular, onde o apoio ligado ao pagamento da compra de óculos na RAM só está disponível para crianças até aos 14 anos, e só voltam a ter acesso às pessoas com 65 anos ou mais. Temos ainda as consequências a nível social, nomeadamente a dependência tecnológica que está cada vez mais presente nos jovens, e a falsa promessa na diminuição no peso das mochilas, pois não se verifica quase diferença alguma. A nível económico, deparamo-nos com o mais óbvio, mas que também não foi pensado: o aumento da conta de energia por conta do carregamento do(s) tablet(s), onde o Governo Regional não disponibiliza qualquer apoio para ajudar

no pagamento desta despesa. Temos ainda a questão dos danos que podem ser causados por algum familiar presente na casa, no dispositivo de maneira não intencional; mesmo assim, a família é obrigada a pagar o danos causados. Podemos assim verificar que as famílias mais carenciadas não terão como pagar estas despesas e que estas foram as mais prejudicadas com a implementação deste projeto que deveria oferecer igualdade de oportunidades e equidade social. Além das consequências antes referidas, temos ainda imensos problemas técnicos, como o mau funcionamento de rede, bloqueios excessivos ao acesso de sítios web quando conectados à rede de casa, sendo impossível fazer uma pesquisa se o aluno não tiver outro dispositivo além do tablet em casa até o 7.º ano, entre outras mais. Este projeto, manuais digitais, tem imensas falhas e um imenso capital investido, muito desse capital que poderia ser retribuído pelas escolas com menos fundos, onde já se nota a falta de financiamento, ou poderia ser mais bem investido. Cada vez mais jovens abandonam a escolaridade, trabalham em profissões que não são da sua área e cada vez mais jovens não conseguem comprar casa. Estes fatores estão interligados e cada vez mais têm influência uns nos outros. A aquisição de conhecimento é muito relevante para a afirmação dos jovens na sociedade. Por isso, a implementação de uma Educação totalmente gratuita deve ser defendida pelo Partido Socialista, desde ao transporte, alimentação e manuais escolares. A Educação permite o esbater de desigualdades, sendo um mecanismo de mobilidade social. Os projetos educativos devem ter como principal enfoque os alunos: fomentar uma aprendizagem sólida, plural e livre. A Participação Cívica pode começar a partir das Escolas. Promover orçamentos participativos escolares, bem como incluir estudantes nos conselhos das escolas são cruciais para estimular o interesse nas questões da Cidadania. Um Futuro para as Novas Gerações passa por políticas públicas para os jovens que permitem a fixação destes no nosso território, contrariando os graves indicadores demográficos do nosso arquipélago.